

A Sociologia de Comte: teoria da ordem social permanente

Isabel Maria Loureiro*

“Auguste Comte e sua escola poderiam ter demonstrado portanto, da mesma forma, a eterna necessidade dos senhores feudais, como eles o fizeram para os senhores capitalistas”

(Marx, O Capital).

A sociologia fundada por Auguste Comte nasceu do desejo de libertar o homem das crenças religiosas e da especulação metafísica. Voltada para a investigação rigorosa dos fatos, pretendia atingir a objetividade das ciências naturais, o que, segundo o seu autor, a teoria social ainda não havia alcançado. Entretanto, esse ideal de objetividade só poderia ser atingido se a sociedade fosse encarada como objeto de pura observação, pondo-se de lado qualquer pretensão de verdade absoluta ou de sociedade justa.

A teoria crítica desmonta essa concepção de ciência social neutra e revela o seu reverso, assim resumido por Herbert Marcuse em Razão e revolução: “o interesse conceitual da sociologia positiva é ser apologética e justificativa”. Enquanto o racionalismo iluminista acreditava que os homens podiam mudar o mundo a partir de seu conhecimento racional, a sociologia de Comte, voltando-se contra as tendências negativas do Iluminismo, erige-se não só em defesa ideológica da sociedade burguesa, como ademais contém “as sementes de uma justificação ideológica do autoritarismo”. E, por paradoxal que isso possa parecer à primeira vista, Marcuse afirma o vínculo imanente entre a filosofia positiva e o sistema religioso comteano, além de observar também que, uma vez o estudo da sociedade equiparado ao estudo da natureza, “a ciência natural, particularmente a biologia, se tornava arquétipo da teoria social”.

Em suma, a idéia central da análise marcuseana é que a sociologia de Comte foi construída com o objetivo de preparar os homens para a disciplina e a obediência à ordem estabelecida, levando-os à resignação; sua idéia de progresso exclui a revolução, pois o desenvolvimento histórico era tão-somente “a evolução harmoniosa da ordem social sob leis ‘naturais’ perenes.” Em síntese, isso significa que “o progresso é, em si, ordem – não é revolução, mas evolução”. Ainda segundo Marcuse, o Estado concebido por Comte tem traços em comum com o “moderno Estado autoritário”, uma vez que as relações sociais, em particular aquelas entre trabalhadores e empresários, não podiam ocorrer livremente mas deviam ser regulamentadas a fim de se obter uma “harmonia indispensável”. O que não implicava eliminar a posição de inferioridade dos operários, determinada por uma hierarquia social rígida.

O objetivo de Marcuse em *Razão e revolução*, livro que foi considerado “sua contribuição à luta contra o nazismo” (Raulet), era resgatar a dialética hegeliana contra todas as tendências que significavam a morte do pensamento crítico, entre elas o positivismo de Comte. Sua intenção era assim mostrar o potencial antifacista da tradição filosófica alemã e a importância da teoria crítica naquela conjuntura. Por essa razão, trata-se, acima de tudo, de uma obra política.

É precisamente o caso do livro de Lelita Oliveira Benoit, que pode ser considerado como sua contribuição à luta contra o atual domínio do pensamento conservador, fundado na rejeição permanente da mudança social, em nome da modernização capitalista. Como o leitor poderá verificar por conta própria, o presente trabalho é uma complementação valiosa da análise certeira, porém rápida, de Marcuse, cujas afirmações, às vezes um tanto abruptas, podem parecer dogmáticas ou paradoxais por não mostrarem o percurso que nelas desembocou. Tal cuidadoso trabalho de demonstração é justamente uma das grandes qualidades deste livro apaixonante, que nos envolve do começo ao fim.

Para começo de conversa, Lelita Benoit realizou uma proeza nada desprezível: conseguir transformar o tom enfático, o estilo rebarbativo e o árido espírito de sistema de Comte, numa leitura agradável. Mas, além desta qualidade rara em estudos de tal natureza, o leitor tem em mãos uma obra de fôlego em que o rigor acadêmico não é pretexto para ausência do ponto de vista crítico, que torna tantas vezes insossos e anódinos os estudos de história da filosofia: o arcabouço conceitual do pensamento comteano vai sendo pacientemente desmontado pela autora que mostra, assim, o necessário reverso ideológico do pretense rigor epistemológico desse pensamento. Vemos surgir então, da cena pós-revolucionária do século XIX, a “física social”, a nova

ciência das “leis invariáveis” da vida social a que os homens deveriam adaptar-se, para que a revolução, geradora de desordem e anarquia, fosse esconjurada para sempre. Tal ímpeto crítico, neste fim de século contra-revolucionário, é sem dúvida uma das grandes qualidades do livro. Além disso, quer pela abrangência dos temas tratados (política, epistemologia, filosofia das ciências, sociologia, filosofia política), quer pela vivacidade do estilo, é uma publicação que tem tudo para despertar o interesse de um público amplo, para além dos muros da universidade.

Isto posto, observe-se ainda que Lelita Benoit foge conscientemente de outro defeito comum aos estudos filosóficos – tratar as idéias abstratamente, como se fossem resultado do pensamento puro, desligado das imperfeições do mundo material. Em notas de rodapé eruditas e críticas, como contraponto ao pensamento conservador de Comte, a autora revela o contexto histórico, social, econômico e político em que o positivismo vai sendo tecido e ao qual procura dar resposta. Se, por um lado, este trabalho mostra que as idéias não são somente engendradas no ar rarefeito das elucubrações filosóficas, levando a sério o dito de Hegel de que cada um é filho do seu tempo, por outro lado, não cai no equívoco oposto de reduzir o pensamento a mero reflexo das relações materiais de existência. As idéias, embora não estejam fora do tempo, têm um percurso próprio que pode ser exposto enquanto tal. Mantendo implícito esse preceito metodológico, Lelita Benoit leva a cabo uma análise imanente do desenvolvimento conceitual que conduziu Comte da economia política à religião, passando pela história e pela biologia, como paradigmas da nova teoria social que ele se propunha criar. Só para dar um exemplo, no capítulo 9, um dos mais demolidores da ideologia conservadora de Comte, a autora explicita de que forma a frenologia é uma mediação necessária na fundamentação da sociologia. Em resumo, o seu propósito é mostrar a unidade da obra comteana (numa interpretação oposta, por exemplo, à de Wolf Lepenies (As três culturas. São Paulo, EDUSP, 1996) por meio de um minucioso trabalho de rastreamento dos conceitos, que começa em 1817, com o ensaio A Indústria (escrito em colaboração com Saint-Simon) e conclui com o Sistema de política positiva (1851-1854).

O problema enfrentado por Comte e ao qual toda sua obra procura dar resposta é assim formulado por Lelita Benoit: “O que fazer diante da crise que se instaura desde 1789 e que colocava a sociedade em estado de revolução permanente?” Desde o primeiro texto analisado no livro, A Indústria, vemos Comte elaborar uma teoria do progresso social, cujas causas são “naturais e filosóficas”, numa primeira tentativa de pensar caminhos que evitem a interrupção revolucionária da “lenta marcha dos séculos”. Para

ele, há uma “temporalidade natural” que, quando interrompida, só gera retrocessos. E, por fim, no Sistema de política positiva, a autora demonstra como Comte busca, por meio da idéia de pacto social positivista, convencer o proletariado a aceitar, sem revolta, a dominação da burguesia. A Religião da Humanidade foi assim concebida, nas palavras de Lélita Benoit, “para impedir que a revolução permanente continuasse o seu curso ininterrupto no sentido da ‘igualdade’ e de outras eventuais exigências da vontade geral do proletariado (...)”.

Temos aqui portanto um trabalho de reflexão política que, sem fazer profissão de fé explícita, volta-se com verve, tal como Marcuse, contra a “teoria social da ordem permanente”. O que essas reflexões vivas e poderosas têm em comum – não sendo essa sua menor qualidade – é o impulso crítico que as anima, a convicção de que o mundo sempre pode ser diferente de si mesmo, melhor, mais justo, mais livre e fraterno, numa palavra, mais feliz. Sem excluir a revolução.